

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE ABRIL DE 2013

**ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A 30 DE
ABRIL DE 2013**

No dia trinta de abril do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas, no Salão da Delegação dos Serviços Municipais em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão ordinária.

Os pontos constantes da Ordem de Trabalhos foram os seguintes:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais decorrentes da prestação de serviços de comunicação via internet por parte da Empresa PT – Comunicações, SA (Edifício das Piscinas Municipais de Alcáçovas);
- 4) Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais decorrentes da prestação de serviços de comunicação via internet por parte da Empresa PT – Comunicações, SA (Edifício da Câmara Municipal);
- 5) Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais decorrentes de futura contratação em regime de avença (Arquiteta Mara Marques);
- 6) Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais decorrentes do futuro contrato de prestação de serviços de fiscalização da Empreitada de Requalificação do Centro Histórico de Viana do Alentejo;
- 7) Proposta de alteração ao Regulamento dos Periodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do concelho de Viana do Alentejo;
- 8) Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos à Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012;
- 9) 1.ª Proposta de Revisão ao Orçamento da Receita;
- 10) 1.ª Proposta de Revisão ao Orçamento da Despesa;
- 11) 2.ª Proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- Francisco Aquilino Chibeles Mestre;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Luís Potes Pacheco;
- Marcos Júlio Calado Caleiro;
- Jacinto Manuel Sacristão Valente;

- João Manuel Sim Sim Rosado;
- Ferminiano Joaquim Peixoto Grilo;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- José Francisco Seco Rato, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- Luís Miguel Fialho Duarte;
- João Henrique Carracha Garcia;
- Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso;
- Teresa Maria Pires Penetra;

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presente o senhor Vereador Paulo Manzoupo.

No período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação a ata relativa à sessão ordinária de 15 de fevereiro de 2013, a qual foi aprovada com treze votos favoráveis e uma abstenção por parte do membro Sara Pajote, dado que não esteve presente na sessão a que a ata se refere.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que em virtude da Câmara Municipal ter aprovado, na sua última reunião ordinária algumas propostas que terão de ser submetidas à Assembleia Municipal, irá propor a inclusão na ordem de trabalhos desta sessão dos seguintes pontos adicionais, cuja documentação já foi enviada aos membros do órgão:

- 12) Proposta de pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais decorrentes da aquisição de software de suporte aos Serviços Municipais, no âmbito da Modernização Administrativa;
- 13) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município à Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado;
- 14) Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas;
- 15) Proposta de aprovação de Adenda ao Protocolo Financeiro e de Cooperação relativo ao PRAIE – Programa de Apoio ao Investimento Empresarial no concelho de Viana do Alentejo.

A Assembleia autorizou por unanimidade a inclusão destes pontos na ordem de trabalhos.

Também no período de antes da ordem de dia o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida no período que decorreu desde a última sessão, realizada em fevereiro.

Salientou o envio por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, do relatório das atividades de 2012 e do Plano de Ação para 2013.

Salientou também a resposta do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português à exposição que lhe foi enviada sobre o processo de agregação das escolas, referindo ter apresentado recentemente uma iniciativa legislativa que corresponde inteiramente às pretensões colocadas na exposição enviada pelo Município.

O senhor Presidente da Assembleia informou que estão a ser efetuadas as diligências necessárias para ser proposta à Assembleia Municipal a designação de um elemento que integrará a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho, em substituição da pessoa anteriormente designada por este órgão – Maria Manuel Carvalho Aleixo.

No primeiro período de intervenção do público, a senhora D. Sara Pajote interviu para saudar todos os participantes e organizadores da 13.ª edição da Romaria a Cavallo entre a Moita e Viana do Alentejo, estando o concelho de parabéns. Manifestou contudo um voto de pesar pelo acidente que ocorreu com o alcaçovense Miguel Grave, fazendo votos de uma boa e rápida recuperação.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

PONTO UM) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da sessão.

PONTO DOIS) APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE DA CÂMARA – Quanto à informação sobre a atividade da Câmara, o membro Francisco Mestre, reportando-se à reunião realizada no dia 8 de fevereiro com o empresário agrícola Carmelo Sanchez, quis confirmar se efetivamente se pretende incluir o concelho de Viana do Alentejo no perímetro de regadio do Alqueva e se será todo o concelho ou apenas uma parte.

O senhor Presidente confirmou que a ideia é de facto essa, não estando ainda em condições de lhe dizer se será ou não todo o concelho. Recordou que os Planos de Investimento da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA, foram definidos há muito tempo e em 2009 foi-lhe dito que o alargamento do plano de rega não era possível àquela data, sendo então o Ministro da Agricultura o Dr. António Serrano. Contudo, agora dirigiram-se à Câmara alguns agricultores porque ao que parece, a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA mostra atualmente disponibilidade para incluir no Plano de Investimentos 2015-2020, as propriedades destes agricultores interessados. O senhor Presidente referiu ainda que este grupo de agricultores já reuniu com a Empresa e o Município de forma a analisar o investimento necessário para que a água chegue ao concelho de Viana do Alentejo.

O membro João Antunes disse que uma vez que o membro Francisco Mestre se encontra preocupado com esta questão e é eleito na Assembleia Municipal pelo PSD, importará colocar-lhe as seguintes questões:

» Há quem considere irrealista executar o Plano de Rega do Alqueva até 2015;

» Existe uma grande polémica quanto à entidade que deve gerir o preço da água. O Governo considera que deverá ser a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA a fazê-lo, situação que já levou alguns agricultores a interporem uma providência cautelar.

O membro Francisco Mestre disse que o pouco que sabe sobre esta matéria é que já há concursos lançados para o alargamento do perímetro de rega e já há inclusive algumas adjudicações efetuadas. Do que lhe é dado conhecer, a gestão da água ficará na EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA até 2020, tendo isto, em sua opinião, alguma lógica pois é quando terminarem as infraestruturas e só aí fará sentido que a gestão passe para as empresas.

PONTO TRÊS) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA INTERNET POR PARTE DA EMPRESA PT – COMUNICAÇÕES, SA (EDIFÍCIO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE ALCÁÇOVAS) – Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de Serviços de Comunicação Via Internet, por parte da Empresa PT – Comunicações, SA, com a duração de 24 meses e mediante o pagamento mensal de 40,07 €, acrescido de IVA. O serviço em causa destina-se ao Edifício das Piscinas Municipais de Alcáçovas e inclui a ativação do Serviço Bundle LR+ADSL e a instalação do equipamento Kit Telepac ADSL Plus.

PONTO QUATRO) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA INTERNET POR PARTE DA EMPRESA PT – COMUNICAÇÕES, SA (EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL) – Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de Serviços de Comunicação Via Internet, por parte da Empresa PT – Comunicações, SA, com a duração de 36 meses e mediante o pagamento mensal de 71,53 €, acrescido de IVA. O serviço em causa destina-se ao Edifício dos Paços do Município e inclui a ativação do Serviço ADSL PRIME bem como a instalação de um Router alugado.

PONTO CINCO) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DECORRENTES DE FUTURA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE AVENÇA (ARQUITETA MARA MARQUES) – Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais decorrentes da futura celebração de um contrato de avença, pelo período de 24 meses, com a Arquiteta Mara Eloísa Pimentas Marques, para prestação de serviços no âmbito da implementação do regime previsto no

Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho (estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro).

PONTO SEIS) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DECORRENTES DO FUTURO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO ALENTEJO

– Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais decorrentes do futuro contrato de prestação de serviços para fiscalização da Empreitada de Requalificação do Centro Histórico de Viana do Alentejo, pelo prazo de 12 meses e pelo montante global de 64.175,00 €, acrescido de IVA.

O membro Francisco Mestre disse concordar com o procedimento adotado pela Câmara no sentido de contratar externamente a fiscalização das obras mais complexas, como sucedeu com o Centro Escolar.

PONTO SETE) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO

– A Assembleia aprovou por unanimidade uma proposta de alteração ao Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do concelho de Viana do Alentejo.

Esta proposta de alteração surgiu da necessidade de adequação do Regulamento em causa às disposições legais do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, por forma a garantir que o regime do “licenciamento zero” tenha uma plena e eficaz aplicação no Município.

PONTO OITO) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS À GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

– O senhor Presidente da Câmara apresentou os Documentos de Prestação de Contas relativos à Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Nos Documentos em apreço e à semelhança do ano anterior continua a existir um capítulo no qual são analisados os principais aspetos orçamentais e económico-financeiros. Disse o senhor Presidente da Câmara que o ano de 2012, à semelhança do ano de 2011, foi mais um ano difícil e que se desenvolveu num ambiente de muita indecisão e restrições, assistindo-se ao Poder Central a continuar a tratar o Poder Local sem qualquer consideração. Neste quadro de insatisfação está agendado para o próximo dia 3 de maio, um Encontro de Autarcas que decorrerá em Santarém, para debater estas questões. Durante o ano de 2012 foram muitas as contrariedades, sendo de salientar três ou quatro aspetos com impacto mais significativo no Poder Local, designadamente a imposição da redução de pessoal, as novas estruturas organizacionais, a redução de dirigentes, a suspensão do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional para um período de cerca de 16 meses, as dificuldades de recurso ao crédito bancário, sendo disto exemplo o Município de Viana do Alentejo que sem endividamento líquido, não tem conseguido obter o visto do Tribunal de Contas num empréstimo de 300.000,00 € porque, em linguagem corrente, não pode fazer baixar o seu limite

de endividamento líquido que sendo negativo corresponde efetivamente a um superavit. Quanto às contas de 2012 propriamente ditas, a análise orçamental, económica e financeira consta das páginas 56 a 93. Em termos gerais, o Município continua a apresentar uma boa situação financeira, sendo o saldo de operações orçamentais que transitou para a Gerência de 2013, de 1.226.603,51 €. O resultado líquido do exercício continua a ser negativo (- 556.279,93 €), mais negativo até do que em 2011 devido a alguns acertos contabilísticos que tiveram que ser efetuados, bem como ao aumento do montante das amortizações. Resumidamente, poder-se-á dizer que os resultados do ano de 2012 não revelaram grandes alterações relativamente ao ano de 2011, tendo contudo melhorado em 2012 os principais rácios de endividamento. Em 2012 aumentaram também algumas ofertas de serviços e verificou-se um melhor desempenho por parte de alguns, designadamente do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico. O senhor Presidente da Câmara referiu que até ser possível, manter-se-ão todas as atividades, naturalmente com os ajustes que se mostrarem necessários. Apesar da conjuntura atual, a gestão será feita com o melhor equilíbrio possível, ajustando algumas rubricas orçamentais, com prévia análise das mesmas devidamente ponderada.

O membro Francisco Mestre, reportando-se ao gráfico n.º 34, referente ao Apoio com refeições e respetivos custos no 1.º Ciclo do Ensino Básico, por estabelecimento de ensino, constatou que em Viana são servidas menos refeições que em Alcáçovas e existe um maior custo com as mesmas.

O senhor Presidente disse que provavelmente essa situação terá justificação nos escalões da Ação Social Escolar e do número de alunos que em cada estabelecimento de ensino beneficia do escalão A e do escalão B. Contudo, há questões que não são possíveis de responder sem que previamente sejam analisadas e daí que seja sempre possível aos membros da Assembleia enviar, previamente à sessão, um pedido de esclarecimento sobre uma ou outra matéria que tenha suscitado dúvidas. Essa matéria será convenientemente analisada e respondida.

O membro Potes Pacheco, quanto à questão suscitada pelo membro Francisco Mestre, disse que a mesma tem implícita a comparação que muitos insistem em fazer, relativamente às freguesias do concelho. Em seu entender, tem que se ter uma visão global do concelho, gastando onde for preciso e quando for preciso...

O membro Francisco Mestre disse que a sua observação derivou apenas de ter verificado que um número inferior de refeições custou mais do que um número superior.

O membro Sara Pajote, em resposta ao membro Potes Pacheco, disse que quem tem cultivado o espírito de competição e agudizado o problema, tem sido a sede do concelho não podendo ele querer “acabar com a liberdade de expressão das freguesias”.

O membro Francisco Mestre considerou que os Documentos estão bem apresentados e realçou o decréscimo da dívida de Médio/Longo Prazo. Referiu que quando as coisas estão bem feitas, o elogio é merecido.

O senhor Presidente da Câmara realçou que comparando os três primeiros anos do anterior mandato face ao atual, a receita do FEDER aumentou cerca de 40% e o investimento total cerca de 50%, sendo esta evidência o que realmente lhe interessa.

O senhor Presidente da Assembleia sublinhou que é de enaltecer os resultados, obtidos no pior contexto desde o 25 de abril.

O membro Francisco Mestre elogiou o bom aproveitamento dos Fundos Comunitários, situação mais que urgente neste concelho.

Os Documentos de Prestação de Contas foram então votados, tendo sido aprovados por unanimidade.

PONTO NOVE) 1.ª PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA – A Assembleia aprovou por unanimidade a Primeira proposta de Revisão ao Orçamento da Receita, consubstanciada na integração do saldo de Operações Orçamentais que transitou da Gerência de 2012, no montante de 1.226.603,51 €.

PONTO DEZ) 1.ª PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA – A Assembleia aprovou por unanimidade a Primeira proposta de Revisão ao Orçamento da Despesa.

PONTO ONZE) 2.ª PROPOSTA DE REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – A Assembleia aprovou por unanimidade a Segunda proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.

PONTO DOZE) PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DECORRENTES DA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE SUPORTE AOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da celebração de um contrato com a Empresa PROLÓGICA – Sistemas Informáticos, SA, relativo à aquisição de software de suporte aos serviços municipais, no âmbito da Modernização Administrativa, até 31 de dezembro de 2015, pelo montante de 59.000,00 €, acrescido de IVA.

PONTO TREZE) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO À TERRAS DENTRO – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – Sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia autorizou por unanimidade a atribuição da Medalha de Honra do Município à Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado.

PONTO CATORZE) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ÀS MODALIDADES DESPORTIVAS – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar uma alteração ao Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas. A referida alteração consubstancia-se no aditamento de um artigo relativo à Pesca Desportiva.

PONTO QUINZE) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ADENDA AO PROTOCOLO FINANCEIRO E DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PRAIE – PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO EMPRESARIAL NO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO – Foi presente uma Adenda ao Protocolo Financeiro e de Cooperação relativo ao PRAIE – Programa de Apoio ao Investimento Empresarial no concelho de

Viana do Alentejo. Com esta alteração ao Protocolo inicial o investidor que pretenda obter financiamento bancário até ao limite de 1.500,00 € para aquisição de máquina registadora / material informático para poder cumprir as regras do novo sistema de faturação, beneficiará de um subsídio do Município, não reembolsável, correspondente aos juros dos três primeiros anos.

A Adenda em causa foi aprovada por unanimidade.

Não tendo havido quaisquer intervenções do público, o senhor Presidente da Assembleia, após aprovação por unanimidade da minuta relativa a esta ata, declarou encerrada a sessão às vinte e três horas e dez minutos.

Aprovada a 28 de junho de 2013.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
